

COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Resposta 11/12/2018 11:36:38

Informamos que a exigência de registro em conselho profissional para a licitação em apreço não se coaduna com o rol exaustivo do artigo 30 da Lei nº 8.666/1993. Conforme já enunciado pelo Tribunal de Contas da União: "A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Acórdão nº 1.884/2015 - Primeira Câmara). No caso em tela, verificamos que as atividades a serem contratadas podem ser desenvolvidas por diversos profissionais, tais como fotógrafos, webdesigners, jornalistas, publicitários etc. de forma que não resta caracterizada atividade privativa de relações públicas ou mesmo que tal atividade figura como sendo o serviço preponderante da licitação. Dessa forma, não será procedida a solicitação de que trata o questionamento em tela.

Fechar